



## Lutar contra nós próprios: algumas reflexões sobre globocentrismo e diversidade linguística

Carlos Maroto Guerola<sup>1</sup>  
PPGLg-UFSC/CAPES

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo fundamentar mais uma resposta a porque trabalharmos na defesa e preservação de línguas minorizadas, em geral, e indígenas em particular. Assim, a presente comunicação visa a problematizar o papel que a diversidade linguística e as línguas indígenas podem exercer como ferramenta para a luta contra a dominação epistemológica e cultural globocêntrica. Através das vozes de cientistas sociais latino-americanos, o paradigma globocêntrico de pensamento é caracterizado, e descritos os seus traços principais, refletindo teoricamente sobre o papel que as línguas indígenas podem desempenhar na emergência de um pensamento pós-abissal (SANTOS, 2010), necessária à “justiça cognitiva global”. A diversidade linguística é defendida nesta comunicação como a chave para a manutenção de universos conceituais a partir dos quais repensar a realidade política das nossas sociedades neoliberais de tradição ocidentalizante, pois esta deve ser pensada da perspectiva “do outro lado da linha”, em que os indígenas são “habitantes paradigmáticos” devido ao seu histórico silenciamento, invisibilização e minorização. A proposta deste trabalho não só se ocupa das razões dos falantes para a preservação das suas línguas maternas, mas, o que é mais importante, raciocina o porque de nós, comunidades majorizadas, “indivíduos que não somos indígenas”, aprendermos línguas indígenas para “defrontarmo-nos melhor com o novo mundo que se apresenta ante nós na América Latina” (LÓPEZ, 2006).

**Palavras-chave:** línguas indígenas, diversidade linguística, globocentrismo

**Abstract:** This paper aims at offering one more reason to work for defending and preserving minorized languages, and indigenous languages above all. Therefore, this work aims at thinking over the role that linguistic diversity and indigenous languages can play as tools to fight against the cultural and epistemological globocentric hegemony. Through the voices of some Latin-American social scientists, the globocentric paradigm is characterized, its main features being described while reflecting theoretically on the role that indigenous languages can play in the emergence of a ‘post-abyssal’ thought (SANTOS: 2010), a need for the “global cognitive justice”. Linguistic diversity is defended in this paper as the key to preserve conceptual universes through which re-think the politics of our neoliberal societies of westernizing tradition. Politics must be thought through the perspective of “the other side of the line”, in which indigenous people are the “paradigmatic inhabitants” due to their historically being silenced, invisibilized, and minorized. This paper does not only deal with the reasons why speakers of minorized languages should keep their mother tongues, but, what is most important, it thinks carefully about why we, majorized communities, “individuals which are not indigenous” are advised to learn indigenous languages “in order to face in better conditions the new world before us in Latin-America” (LÓPEZ, 2006).

<sup>1</sup> cmguerola@gmail.com. Agradeço aos presentes na sessão de comunicações individuais de políticas linguísticas do IX CBLA, em que este trabalho foi apresentado, pelas suas contribuições à minha pesquisa. Agradeço também todas as orientações anteriores e posteriores que têm direcionado o trabalho e o tornaram consideravelmente diferente da proposta original.



**Keywords:** indigenous languages, linguistic diversity, globecentrism

## 1. Lutar contra nós próprios? Por que?

Lutar contra a dominação cada vez mais polifacetada significa perversamente lutar contra a indefinição entre quem domina e quem é dominado, e, muitas vezes, lutar contra nós próprios (SANTOS e MENEZES, 2010: 18).

Sou pesquisador iniciante, me adentrando no universo dos outros para torná-lo parte de mim: entender melhor quem eu sou através dos olhos do longínquo desconhecido que se tornou amigo, conhecido próximo. E entender melhor o complexo e caótico cosmos da sociedade no seu presente e na sua história, quem sabe para tentar melhorar o futuro.

Mas de qual posição eu parto? Quem sou eu, estudante e pesquisador numa universidade federal, abordando questões de educação escolar e diversidade linguística em Santa Catarina, Brasil? A que *locus* institucional vou ser associado? Sou dominante ou sou dominado? Sou as duas coisas: ocupamos nós, pesquisadores iniciantes, um lugar indefinido entre a hegemonia e a precariedade, que nos torna dominados, por exemplo, em relação a alguns outros membros do meio acadêmico universitário e às forças de poder empresariais e financeiras que governam o nosso cotidiano mercantilizado. Sou, sem dúvida, dominante também em relação às pessoas e às vidas em cima das quais se assenta o nosso padrão e estilo de vida ocidental, por exemplo, às pessoas sem direito a terra por causa da produção agroindustrial em grande escala de alimentos que consumimos no supermercado ou de biocombustíveis, ou em relação àquelas pessoas sem direito a um transporte público economicamente acessível e de qualidade, por causa da supremacia do capital e da propriedade privada, que lota de rodovias, duplicações, carros e fumaças o espaço que, de todos e entre todos, dividimos.

Lutar contra a hegemonia é lutar contra mim mesmo como estudante pesquisador universitário de classe média, contra a instituição governamental para quem pesquiso e que banca o meu precário, porém confortável e insustentável, padrão de vida. Lutar contra a



hegemonia significa também lutar, desde a posição de privilégio do universitário, contra esse mesmo Estado, essa elite ainda mais hegemônica que controla o capital simbólico (BOURDIEU, 1989), e toma as mais importantes decisões a respeito da educação escolar, determinando sobre a(s) linguagem(s), e condicionando a sua prática, dentro dela. Essa elite é a mesma que nos nega uma educação pública de qualidade e um sistema de saúde público dignos de um Estado que governa para os seus cidadãos e por eles é governado; a elite que procura homogeneizar as nossas diversas perspectivas a respeito do mundo e da realidade e de como nele conhecê-la, vivê-la e interpretá-la: essa elite que, sem consciência ou sem se importar com as consequências das suas estratégias, deforma e homogeneiza os nossos olhares para cegar os olhos dos seus consumidores.

Concordo com Santos e Menezes (2010: 18). O nosso trabalho se enquadra nesse mundo de indefinições entre os pólos e elos médios da dominação, a dominação sendo um continuum que tem como pólos os mais dominados/menos dominantes e os menos dominados/mais dominantes. Este trabalho se insere, portanto, na indefinição desse continuum ou “pirâmide dos tiranetes”, típico das sociedades coloniais que descreveu Albert Memmi (1977: 31), em que “cada um, socialmente oprimido por outro mais poderoso, encontra sempre um menos poderoso em quem se apoiar, tornando-se por sua vez, tirano”, ainda vigente. É de um status hegemônico que a atitude contra-hegemônica deste trabalho surge; de uma situação privilegiada que é concomitantemente precarizada e minorizada. É dessa indefinição entre sujeito hegemônico e dominante e contra-hegemônico dominado que estou falando.

Situado na área de linguística aplicada, este estudo tem como objetivo abordar questões de multilinguismo, diversidade linguística, educação escolar indígena guarani, e interculturalidade. Procurando adotar uma postura contra-hegemônica, através de um questionamento crítico da globalização, da educação escolar e dos direitos humanos, assumo primeiramente, como necessidade, responder à pergunta de por que nos preocuparmos com a preservação de línguas minorizadas<sup>2</sup>:

Por que importa que algumas línguas ou comunidades linguísticas desapareçam ou se tornem marginalizadas? Na verdade, por que importa tanto que os políticos da



linguagem se empenhem normativamente em agir contra essa tendência? (KYLIMCKA e PATTEN, 2003: 44)<sup>3</sup>

E por que nos preocuparmos com isso no início da segunda década do século XXI, em que o mundo é “globalizado” e “multilíngue”? Esse mundo carrega nas suas costas o desaparecimento de metade das suas línguas ao longo dos últimos cinco séculos (NETTLE e ROMAINE *apud* KYLIMCKA e PATTEN, 2003), e nele podem ser verificadas as seguintes tendências (KYLIMCKA e PATTEN, 2003): a progressiva desapareção completa de algumas línguas; a concentração territorial de outras e a marginalização progressiva de todas as línguas a respeito do inglês. Especialistas em línguas ameaçadas de extinção asseguram que tais tendências muito possivelmente terão como resultado a desapareção de 20 a 50% das línguas hoje existentes até o final do século (KRAUSS *apud* MAY, 2001; CRYSTAL, 2010).

Em tal contexto, por que lutar pela preservação de línguas minorizadas, e pela proteção, defesa e empoderamento dos seus falantes? Para que defender a diversidade num mundo padronizado em que para triunfar no neoliberalismo global e local se pretende imprescindível o capital linguístico (BOURDIEU, 2008) das línguas “nacionais”<sup>4</sup> e do inglês?

O presente trabalho entende que as sociedades interculturais não são apenas possíveis, mas que existe um planejamento deliberado para a extinção das diferenças nos cidadãos, de forma que a sua homogeneização os torne mais docilmente governáveis. É esse, ao meu ver, um objetivo prioritário do neoliberalismo: a extensão da educação como mercadoria para a homogeneização dos sujeitos e a sua maior flexibilidade para o mercado de trabalho moderno, o apagamento da diversidade entre eles e a invisibilização e silenciamento daqueles que resistem à “evolução”, ao “progresso” ou ao “desenvolvimento”, entendidos a partir de um objetivismo etno ou globocêntrico. Dentro desse planejamento deliberado o papel do apagamento da diversidade linguística é determinante.

Neste trabalho tentaremos contribuir com a posição daqueles que defendem a preservação de línguas minorizadas e a diversidade linguística. Dentre as proposições mais comuns, umas defendem a diversidade linguística pela sua relevância na defesa e preservação da biodiversidade (preservação da “diversidade biocultural” nas palavras de MAFFI, 2002: 386) e pelo valor imanente a cada língua, pois cada língua conserva e reproduz a história e as idéias de uma cultura específica. Já outras a defendem devido ao papel central que a língua tem na



conformação da identidade de indivíduos e coletivos, e pelo papel determinante que a língua tem na garantia da mobilidade social dos indivíduos e na igualdade de oportunidades destes perante as instituições públicas (KYLIMCKA e PATTEN, 2003). Parece-me necessário problematizar o papel que a diversidade linguística e as línguas indígenas podem exercer como ferramenta para a luta contra a dominação epistemológica e cultural globocêntrica, ferramenta de dominação simbólica para a homogeneização subjetiva e cultural de indivíduos, povos e nações envolvidos na engrenagem do neoliberalismo.

## 2. Mas diz aí: o que é o globocentrismo?

Há um legado epistemológico do eurocentrismo que nos impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhes são próprias (PORTO-GONÇALVES, 2005).

A partir das reflexões apresentadas no livro *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - Perspectivas latino-americanas*, podemos definir o eurocentrismo como uma construção ou perspectiva epistemológica a partir da qual se abordam eixos conceituais das sociedades capitalistas de tradição ocidental, como, por exemplo, o conceito de “evolução”. Nas palavras de Lander, a perspectiva eurocêntrica de evolução é aquela que

pensa e organiza a totalidade do tempo e do espaço para toda a humanidade do ponto de vista de sua própria experiência, colocando sua especificidade histórico-cultural como padrão de referência superior e universal (LANDER, 2005).

De acordo com este autor, esta conceituação do que sejam evolução ou progresso “é um dispositivo de conhecimento colonial e imperial [...] como parte da organização colonial/imperial do mundo” (LANDER, 2005). O eurocentrismo é uma forma de entender em que direção caminha ou deve caminhar o conjunto de seres humanos como um todo, a humanidade, à margem das origens, culturas e traços distintivos dos grupos humanos e indivíduos que a compõem. O eurocentrismo privilegia uma única resposta (de alguns indivíduos de um povo e cultura específicos, majorizados) e a tenta impor ao resto de





indivíduos, aos seus povos e culturas, geralmente minorizados, como resposta à que se submeterem em prol do único modo racional de experienciar o presente e encarar o futuro<sup>5</sup>.

Quais traços caracterizam a construção epistemológica eurocêntrica? O primeiro, a fé num “evolucionismo unilinear” (nas palavras de PORTO-GONÇALVES, 2005), isto é, a “reafirmação dogmática das concepções lineares de progresso universal” (LÓPEZ SEGRERA, 2005), isto é, todos os povos que ocupam a terra devem progredir ao longo do tempo da mesma forma, conformando o que poderíamos chamar de funil aculturador de civilizações. Este funil teria, na sua entrada, os diversos povos e as suas condições, localizações e contextos específicos de existência; e na sua saída, um único povo monoculturizado. Essa monoculturização se produz graças à padronização numa única forma de entender essa existência, mesmo em condições, localizações e contextos específicos, distintos daqueles dos povos cuja visão de mundo é assumida como superior e universal.

De acordo com esta perspectiva unilinear de evolução, inspirada nos teóricos sociais dos séculos XVII e XVIII (CASTRO-GÓMEZ, 2005), o ser humano parte do estado de natureza e “vai atravessando diferentes ‘estágios’ de aperfeiçoamento até, finalmente, obter a ‘maioridade’ a que chegaram as sociedades modernas européias” (MEEK *apud* CASTRO-GÓMEZ, 2005).

Portanto, o evolucionismo unilinear do eurocentrismo estabelece uma escala entre os mais “evoluídos” (ou “desenvolvidos”) e os “menos evoluídos” (“subdesenvolvidos”): aqueles povos cuja forma de entender o mundo assemelha-se à capitalista-neoliberal (a forma de entender o mundo dos grupos dominantes das sociedades ocidentais contemporâneas), e se sucedem bem nesse sistema, são mais desenvolvidos que aqueles que não se sucedem tão bem nesse sistema, devido à sua periferização, e muito mais “desenvolvidos” do que aqueles que através de outras epistemologias discordam de tal visão materialista de existência, ou simplesmente têm a sorte de desconhecer-la.

Santiago Castro-Gómez nos auxilia na identificação de outro traço eurocêntrico, que é, por sua vez, uma das estratégias ideológicas dos grupos de poder como justificativa do evolucionismo unilinear, como sendo a “tentativa fáustica de submeter a vida inteira ao controle absoluto do homem sob a direção segura do conhecimento” (2005). Isto é, o homem pode e deve submeter a natureza ao seu controle<sup>6</sup>, através do conhecimento elaborado no



paradigma da razão científico-técnica. Tal conhecimento é elaborado ao longo de um “processo de ‘desencantamento’ do mundo” (WEBER *apud* CASTRO-GÓMEZ, 2005).

Tais “processos de desencantamento e desmagicalização do mundo” por parte da ciência são “regulamentados pela ação diretiva do Estado” (CASTRO-GÓMEZ, 2005), isto é, existe uma instância burocrática de poder, ocupada pelos grupos economicamente privilegiados, que coordena as atividades racionais ou científicas que se desenvolvem dentro do Estado. Esta instância tem poder decisório sobre o quê e como deve ou não ser conhecido pelos membros e coletivos por ela governados. Assim, “o Estado moderno não somente adquire o monopólio da violência, mas usa dela para ‘dirigir’ racionalmente as atividades dos cidadãos” (CASTRO-GÓMEZ, 2005).

Este conhecimento, elaborado através do paradigma científico-técnico, alicerçado na fé na razão, e que se materializa na ciência, é pensado e representado como objetivo, válido para todos os povos, e, portanto, universal. Isto é, o conhecimento situado produzido por um coletivo específico e servindo a interesses econômicos específicos, é majorizado, e caracterizado como objetivo e necessário para todos os outros coletivos. Vejamos um exemplo:

Os alunos que pertencem às minorias étnicas e culturais podem não somente exercer o seu direito de acesso ao conhecimento *universal*, mas redimensionar positivamente a sua identidade, a importância e o significado de seu saber, reunindo condições que lhes permitam compreender e superar as idéias preconceituosas e discriminatórias que muitas vezes são atribuídas às suas produções culturais e modos de vida (BRASIL, 1998: 295, *grifo meu*).

Como destacado no Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas, verifica-se que há um caráter “radicalmente excludente” (LANDER, 2005) nessa pretendida universalidade, pois dois saberes situados, criados a partir de epistemologias contextuais, são apresentados um como particular e outro como universal. Esta estratégia constitui uma estratégia de “produção de ausência” (SANTOS, 2010: 23), denominada por Santos como “lógica da escala dominante”, a que farei menção mais adiante. Se existir um direito de acesso ao conhecimento universal é porque se assume a existência de um conhecimento dito universal, que não é senão um conhecimento contextual majorizado.



A reivindicação da universalidade desse conhecimento e dessa epistemologia é possibilitada pela “força com que a intervenção política, econômica e militar do colonialismo e do capitalismo modernos impuseram aos povos e culturas não-ocidentais e não-cristãos” (SANTOS, MENESES e NUNES *apud* SANTOS e MENESES, 2010: 16). Tal reivindicação busca representar os outros conhecimentos como “particulares” através de uma lógica na qual aquilo que é particular é inferiorizado. Inferiorizado no sentido em que é apresentado como não válido ou não capaz de constituir uma alternativa crível àquela universal ou global (SANTOS, 2010: 24).

Esta inferiorização em muitas ocasiões provoca a desvalorização pelos sujeitos e coletivos minorizados do seu próprio conhecimento, o qual, adicionado à desvalorização geral por parte do coletivo majorizado, possibilita o epistemicídio. Um epistemicídio se dá na “supressão dos conhecimentos locais perpetrada por um conhecimento alienígena” (SANTOS *apud* SANTOS e MENESES, 2010: 16). Essa supressão é viabilizada através do descrédito das práticas sociais de conhecimento, contrárias à epistemologia dominante e aos interesses que ela serve (SANTOS e MENESES, 2010). Este conflito entre saberes caracteriza uma situação de “injustiça cognitiva” (SANTOS, 2010: 37), intimamente unida à injustiça social.

O eurocentrismo se assenta nas lógicas de invisibilização do outro, aquelas que fazem o outro parecer minoritário. Estas lógicas operam

pela definição unilateral de linhas radicais que dividem as experiências, os atores e os saberes sociais entre os que são visíveis, inteligíveis ou úteis (os que ficam deste lado da linha) e os que são invisíveis, ininteligíveis, esquecidos ou perigosos (os que ficam do outro lado) (SANTOS, 2010: 8).

É o “pensamento abissal” que nos homogeneiza e nos faz sentir parte da chamada opinião pública, da “comunidade internacional”, e nos classifica em relação ao outro, conformando a nossa identidade, e situando-nos na contemporaneidade da “aldeia global”. Este pensamento nos afirma a partir de invisibilização dos coletivos que resistem à aculturação ocidental neoliberal, do outro lado da linha.





E o que os coloca desse outro lado? O que os minoriza? Minoriza-os a sua produção como uma alternativa não crível ao já existente (SANTOS: 2010): a sua deslegitimação, em definitiva.

Os conhecimentos destes coletivos, suas línguas, epistemologias, costumes, rotinas, formas de habitar o planeta, são deslegitimadas e inferiorizadas pelo olhar hegemônico, dito universal. Santos (2010) nos diz que a “produção de ausência”, invisibilização, silenciamento ou minorização, se desenvolve através das seguintes lógicas: quem não sabe o que nós sabemos e como nós o sabemos, é inculto ou ignorante; quem não atingiu o nosso estágio de “desenvolvimento” não evoluiu tanto como nós, é atrasado; quem não pertence ao gênero, raça, orientação sexual dominantes, etc (mulheres, negros, ciganos, índios, homossexuais, migrantes, etc) constitui uma minoria e é insuperavelmente inferior por natureza; quem não disfarçar o contexto específico da sua procedência é particular ou local; e quem não enxergar o mundo com os olhos produtivistas do lucro, é improdutivo, preguiçoso ou desqualificado.

Evolucionismo unilinear, razão científico-técnica, pretensão de universalidade, necessidade de Estado, epistemicídio, silenciamento e minorização, pensamento abissal, etc, são todos traços do eurocentrismo. Mas por que falar tanto em eurocentrismo se a pergunta com que iniciamos esta seção é o que é o globocentrismo? A resposta é simples: o globocentrismo é apenas uma transformação ou reinterpretação do eurocentrismo, em tanto que o primeiro utiliza as mesmas lógicas do segundo para conceitualizar o progresso. O globocentrismo não se representa como uma tentativa deliberada de imposição de uma cultura específica sobre outra como projeto político, mas como um efeito de mercado: como o único paradigma para entender o mundo no século XXI (em que o neoliberalismo se pretende o único sistema viável), se desejarmos garantir a liberdade de comercialização de bens, produtos, serviços, seres humanos, etc. Nas palavras de Coronil (2005):

O globocentrismo, como modalidade do ocidentalismo, também se refere a práticas de representação implicadas na submissão das populações não ocidentais, mas neste caso sua submissão (como a submissão de setores subordinados dentro do Ocidente) aparece como um efeito do mercado, em vez de aparecer como consequência de um projeto político (ocidental) deliberado.



O globocentrismo é o eurocentrismo que se pensa do globo e não da Europa ou do Ocidente como “lócus de poder e de progresso” (CORONIL, 2005). O eurocentrismo é a perspectiva etnocêntrica de evolução e de conhecimento das elites históricas européias ou europeizadas, enquanto o globocentrismo é a perspectiva etnocêntrica das mesmas elites, porém enquadradas em diversas sociedades que se integram num único mercado global. O globocentrismo torna esse lócus de poder e de progresso mais indefinido e difuso, e quem sabe por isso, mais poderoso e eficaz.

Seja como for, tanto o eurocentrismo quanto o globocentrismo são paradigmas ou perspectivas epistemológicas impostas, que visam à homogeneização de cidadãos e coletivos para favorecer e facilitar a sua governabilidade. Ambas pretendem identidades mais homogêneas, formas mais semelhantes de entender a existência, uma língua comum que adoce as nossas diferenças e favoreça a concentração de mais poder sobre maiores contingentes populacionais (antigamente distribuídos em várias culturas e estruturas econômicas e sociopolíticas) nas mãos de menos, porém mais privilegiados governantes.

Apresentar a sociedade de consumo neoliberal como o estágio final do desenvolvimento e do progresso não é senão uma estratégia de dominação cultural: uma estratégia que visa favorecer os interesses dos grupos empoderados, aqueles que obtêm maiores benefícios com a configuração político-econômica da sociedade capitalista global<sup>7</sup>.

Como destaca Lander, a idéia é apresentar uma sociedade “sem ideologias, modelo civilizatório único, globalizado, universal, que torna desnecessária a política, na medida em que já não há alternativas possíveis a este modo de vida” (LANDER, 2005).

### **3. Tudo bem, mas a gente não ia falar de línguas?**

A discussão sobre globocentrismo é central para o entendimento dos epistemicídios contemporâneos, das supressões de saberes e conhecimentos através de lógicas de alienação que extirpam conhecimentos a indivíduos e coletivos, impondo-lhes outros alheios a eles. Desse modo, cabe perguntar: Em quais línguas esses saberes tomaram forma? Em quais línguas esses conhecimentos foram formulados? Quais línguas suprimem ou suprimiram tais



conhecimentos? Em favor da imposição de quais línguas outras foram suprimidas? Qual é a influência das línguas e do glotocídio ocorrido ao longo dos séculos no desenvolvimento e fortalecimento da homogeneização subjetiva e cultural globocêntrica? E os processos de majorização e minorização linguística? Estão relacionados à difusão da perspectiva globocêntrica de conhecimento e de progresso?

Se definirmos línguas como sistemas de configurações conceituais em que se desenvolvem o pensamento e a interação humana em sociedade, ou práticas sócio-históricas que determinam como interpretamos as nossas experiências e as comunicamos, a relação entre glotocídio e epistemicídio se evidencia. Hamel define língua como

o fato social em permanente transformação histórica em cujos lexemas, estruturas morfossintáticas e, especialmente, formações discursivas, se sedimenta e se reproduz a experiência de um povo e sua visão de mundo (HAMEL, 1993: 5)

A partir dessa definição de língua, podemos afirmar que a morte de uma língua significa a morte de um sistema determinante na interpretação e comunicação das experiências de sujeitos e grupos, ou a morte do fato e da prática social que reproduz a experiência desses povos e a sua visão de mundo. Não é esse, até onde vimos, o principal resultado do globocentrismo? Ele e o apagamento da diversidade linguística têm o mesmo resultado: o epistemicídio que suprime práticas sociais de conhecimento responsáveis por construir “conhecimentos rivais” (SANTOS e MENESES, 2010: 16) ao conhecimento hegemônico e às línguas majorizadas em que foi elaborado.

Quantifiquemos a minorização linguística de modo a exemplificar melhor a relação entre epistemicídio e apagamento da diversidade linguística. Dentre as línguas do mundo, 4% são faladas por 96% da população mundial. 96% da diversidade linguística se encontra, portanto, nas bocas do 4% dos seres humanos. Nesse 96%, 50 línguas são faladas por 50 pessoas (uma por língua); cerca de 500, por menos de 100 falantes (cada uma); 1.500, por menos de 1.000; e 5.000 dessas línguas são faladas por menos de 100.000 falantes (CRYSTAL: 2010). Cabe ressaltar aqui que esses dados não asseguram que estas línguas estejam sendo passadas para as novas gerações, dato de extrema relevância.



No 4% majorizado, as 11 línguas mais faladas têm, cada uma, mais de 100 milhões de falantes. Essas 11 línguas (mandarim, inglês, espanhol, árabe, hindi, português, bengali, russo, japonês, francês e alemão) representam 0.10-01.15% da diversidade linguística, e, no entanto, são faladas por 51% dos seres humanos (SKUTNABB-KANGAS, 2000). Portanto, podemos constatar como 51% dos seres humanos realizam as suas práticas sociais de conhecimento nas mesmas 11 línguas, cuja expansão se construiu encima da perda de 50% da diversidade linguística nos últimos 500 anos, e através dos epistemicídios e etnocídios a ela relacionados.

No caso do Brasil, cabe perguntar aqui se existe uma relação entre o avanço do globocentrismo no país e o glotocídio ocorrido com as línguas indígenas ao longo dos últimos cinco séculos. Não demonstra a supressão de conhecimentos originários e a sua substituição por conhecimentos alienígenas o fato de, no Brasil, 1.000 línguas indígenas terem sido extintas desde o início da colonização (segundo dados de RODRIGUES, 2005)?

#### **4. O outro lado da linha: o papel das línguas indígenas**

A questão se torna tangível quando aclaramos que a rivalidade entre línguas, entre epistemologias, entre formas de entender o ser, não existem. São meras abstrações da violência real do conflito social, do dia a dia, do confronto e da vitória de uns sobre a extinção dos outros, da obrigação predatória do sistema econômico em que estamos inseridos. A injustiça linguística contribui com a injustiça cognitiva e social.

Como assegura Santos (2010), devemos batalhar contra a injustiça cognitiva para lutar pela justiça social, e para tal fim, o autor acha necessário um novo tipo de pensamento, chamado por ele de “pós-abissal”. Este pensamento “implica uma ruptura radical com os modos ocidentais modernos de pensar e agir” (SANTOS, 2010: 49). O pensamento pós-abissal é um pensamento não derivado, isto é, um pensamento “da perspectiva do outro lado da linha, precisamente porque o outro lado da linha foi o reino do impensável na modernidade ocidental” (SANTOS, 2010: 49).

A perspectiva do outro lado da linha é a perspectiva dos invisibilizados, silenciados e minorizados, aqueles desacreditados pelo pensamento abissal globocêntrico e por ele



considerados incultos, atrasados, naturalmente inferiores, locais e improdutivos. É do lado dos coletivos minorizados e através da legitimação dos seus conhecimentos que podemos pensar paradigmas alternativos ao pensamento dominante, contribuindo assim com a justiça social e cognitiva.

Para este fim é de relevância discutir em quais línguas se pensar esses paradigmas alternativos, em quais sistemas de configurações conceituais e práticas sócio-históricas pensar o impensável na modernidade ocidental, reproduzindo experiências e visões de mundo alternativas, tradicionalmente invisibilizadas. No caso do Brasil, se quisermos realmente pensar do outro lado da linha, não seria útil falar as línguas dos “habitantes paradigmáticos do outro lado da linha” (SANTOS, 2010: 47), isto é, as línguas dos indígenas?

Cabe lembrar a este respeito a assimetria entre línguas. Sabe-se que as línguas podem mapear vários aspectos da realidade de forma semelhante, mas nem todas as culturas puseram nome às mesmas coisas, nem aos mesmos conceitos, nem aos mesmos valores. Não apreendemos todos o mesmo mundo, e para esses mundos diferentes foram inventados nomes, adjetivos, verbos, advérbios e formações discursivas diferentes. É válido afirmar que falando as mesmas línguas é mais provável que a semelhança entre conceitos para entender o mundo entre falantes seja maior. Aprender sobre e aprender as línguas Indígenas pode nos ajudar a pensar o mundo de diferente forma, conhecendo novos esquemas para a sua compreensão.

A importância de aprender línguas indígenas não acaba aqui. Ela também tem uma implicação política. De acordo com Santos (2010), a luta pela justiça social, as lutas sociais, precisam renomear os seus conceitos para recriar a sociedade. Se “*lo llaman democracia y no lo es*”<sup>8</sup>, talvez seja necessário renomear o sistema político em que queremos viver. Para criar uma teoria crítica que embase a luta pela justiça social, devemos “ressemantizar velhos conceitos” e introduzir novos conceitos sem precedentes que, inclusive “não se expressam em nenhuma das línguas coloniais” (SANTOS, 2010: 16). Os conceitos novos sobre uma democracia real e participativa ou uma globalização contra-hegemônica deverão ser verbalizados através de substantivos novos. Os substantivos “ainda estabelecem o horizonte intelectual e político que define [...] o que é dizível, crível, legítimo ou realista” (SANTOS, 2010: 16). Precisamos de conceitos ainda não expressos nas nossas línguas.





Este autor constata a dependência das teorias críticas em relação aos substantivos da teoria hegemônica. Usamos conceitos (substantivos) da corrente hegemônica e os adjetivamos: desenvolvimento *sustentável*, democracia *real*, direitos humanos *interculturais*, capital *cultural*, etc. Isso implica aceitar os termos da conversa, partir dos conceitos da teoria dominante para criar a nossa teoria, recriando ou reinterpretando conceitos, mas não criando conceitos novos. Nesse caso estamos limitando nossos debates e propostas àquilo que é possível dentro de um horizonte de possibilidades que não é originariamente o nosso (SANTOS, 2010: 16).

Para pensar da perspectiva do outro lado da linha, em termos não derivados, estabelecendo um horizonte intelectual e político próprio, não parece de imensa utilidade aprender a expressar o mundo através das línguas indígenas?

Assim como não existe conflito entre as línguas, mas entre os seus falantes, não existe aprendizagem de línguas sem aprendizagem dos seus agentes: aprender uma língua indígena implica conversar com os seus falantes e escutar-lhes na língua em que melhor se expressam, a sua língua materna.

Como podemos conferir nas palavras de Porto-Gonçalves (2005), o legado epistemológico do eurocentrismo, o atual globocentrismo, nos impede de compreender o mundo “a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhes são próprias”. Precisamos das nossas próprias epistemologias e nossos próprios conceitos, nossas próprias palavras. Para entender o nosso próprio mundo, através do nosso próprio olhar, precisamos da nossa própria língua.

E isso nos devolve à reflexão inicial: para entender o meu mundo, o nosso mundo, preciso e precisamos dos olhos dos outros. Para criar a nossa própria visão de mundo precisamos das línguas dos nossos outros: adentrar-nos no universo dos outros para torná-lo próprio, e entendermos melhor quem somos através dos olhos do longínquo desconhecido que se torna amigo. Não é essa a interculturalidade?

O sociolinguista peruano Luis Enrique López traz uma reflexão que nos auxiliará no encerramento desta reflexão acerca da importância da diversidade linguística em geral, e das línguas indígenas em particular, na luta contra o globocentrismo. Buscando enfatizar as razões



de se empenhar normativamente em agir contra a desapareição de línguas minorizadas, e mudar os nossos paradigmas de análise da realidade para lutar contra o globocentrismo, ou “lutar contra nós próprios”, dominantes dominados, o autor argumenta que

pode ter chegado o momento em que nós indivíduos que não somos indígenas devamos aprender deles para nos tornarmos multilíngues e assim defrontarmo-nos melhor com o novo mundo que se apresenta ante nós na América Latina (LÓPEZ, 2006: 143)

## Notas

<sup>2</sup> Seguindo autores como Marí (2006), escolhemos o termo “minorizado” em contraposição ao termo “minoritário” para ressaltar a voluntariedade com que certos grupos desfavorecidos são convertidos em minorias ou visibilizados como minorias, seguindo interesses políticos, por parte de grupos mais privilegiados que representam a si mesmos como majoritários; e em contraposição ao termo “minoritarizado” por ele me parecer redundante morfológicamente. Como antônimo de “minorizado” usaremos o neologismo “majorizado”, assim como usaremos outros neologismos dele derivados.

<sup>3</sup> Todas as citações de textos publicados em línguas que não o português são traduzidas neste texto pelo autor do presente trabalho.

<sup>4</sup> Ao longo deste texto algumas palavras são digitadas entre aspas para marcar uma distância ideológica do autor a respeito do significado que geralmente é atribuído a tais palavras, equivalendo à anteposição do adjetivo “dito”. Neste caso, o uso da palavra “nacionais” entre aspas equivale à expressão “línguas ditas nacionais”, pelo fato de o autor não acreditar que uma língua possa ser nacional. Pelo contrário, uma língua pode ser “nacionalizada” ou feita parecer língua nacional após anos de esforço político para tal fim. O uso do termo “nacional” esconde a voluntariedade e propósito com que uma língua se converte na língua de um projeto político de estado-nação.

<sup>5</sup> “Aniquilação ou civilização imposta definem, destarte, os únicos destinos possíveis para os outros” afirma Lander (2005, grifo do autor do texto original).

<sup>6</sup> “Já não é a vontade inescrutável de Deus que decide sobre os acontecimentos da vida individual e social, e sim o próprio homem que, servindo-se da razão, é capaz de decifrar as leis inerentes à natureza para colocá-las ao seu serviço” (CASTRO-GÓMEZ, 2005).

<sup>7</sup> “O capitalismo global, mais que um modo de produção é hoje um regime cultural e civilizacional” (SANTOS e MENEZES, 2010: 18).

<sup>8</sup> Um dos slogans mais populares nas manifestações e demais ações de mobilização social do movimento dos indignados na Espanha. Para mais informação, acesse <<https://www.facebook.com/democraciarealya>>.

## Referências

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa, Portugal: Difel, 1989.



- \_\_\_\_\_. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. 2.ed. São Paulo: USP, 2008.
- BRASIL. Ministério de Educação e do Desporto. Secretária de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, Edgardo (Org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. CLACSO: Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2005. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/lander.html>>. Acesso em: 14 ago. 2011.
- CRYSTAL, David. Lost for words. **On Business**, 2. p. 21-22. 2010. Disponível em: <[http://www.davidcrystal.com/DC\\_articles/Langdeath23.pdf](http://www.davidcrystal.com/DC_articles/Langdeath23.pdf)>. Acesso em 11 ago. 2011.
- HAMEL, Rainer Enrique. Políticas y planificación del lenguaje: Una introducción. **Iztapalapa 29** (Políticas del lenguaje en América Latina). p. 5-39, 1993.
- KYMLICKA, Will e PATTEN, Alan. Introduction: Language Rights and Political Theory: Context, Issues and Approaches. In: KYMLICKA, Will e PATTEN, Alan (eds). **Language Rights and Political Theory**. New York: Oxford University Press, 2003.
- LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêtricos. In: LANDER, Edgardo (Org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. CLACSO: Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2005. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/lander.html>>. Acesso em 14 ago 2011.
- LÓPEZ SEGRERA, Francisco. Abrir, “impensar” e redimensionar as ciências sociais na América Latina e Caribe. É possível uma ciência social não eurocêntrica em nossa região?. In: LANDER, Edgardo (Org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. CLACSO: Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2005. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/lander.html>>. Acesso em 14 ago. 2011.
- LÓPEZ, Luis Enrique. Diversidad cultural, multilinguismo y reinención de la educación intercultural bilingüe en América Latina. **Universitas. Revista de la universidad Politécnica Salesiana de Ecuador**. Año V. Nº. 7. p. 103-144. 2006.
- MAFFI, Luisa. Endangered Languages, Endangered Knowledge. **International Social Science Journal**. 173: 385-393. Special Issue "Indigenous Knowledge", Arun Agrawal (guest ed.), 2002.
- MARÍ, Isidor. Globalisation and linguistic rights: towards a universal framework of linguistic sustainability. **Transfer: Journal of Contemporary Culture**, Nº. 1, pp. 78-91, 2006.
- MAY, Stephen. **Language and minority rights: ethnicity, nationalism and the politics of language**. Harlow: Longman, 2001.
- MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Apresentação da edição em português. In: LANDER, Edgardo (Org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. CLACSO: Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2005. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/lander.html>>. Acesso em 14 ago. 2011.
- RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. Sobre as línguas indígenas e sua pesquisa no Brasil. **Ciência e Cultura** 57. 2. pp. 35-38. 2005.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Descolonizar el saber, reinventar el poder**. Montevideo: Trilce, 2010.



SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. Introdução. Em SANTOS, Boaventura de Sousa e MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SKUTNABB-KANGAS, Tove. **Linguistic genocide in education - or worldwide diversity and human rights?** Mahwah, New Jersey & London: Lawrence Erlbaum Associates, 2000.